



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1660554 - GO (2020/0028799-0)

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
AGRAVANTE : MARIA JOSE PAIXAO ARAUJO  
ADVOGADO : TENÓRIO CÉSAR DA FONSECA - GO009285  
AGRAVANTE : CELIO NATAL DOS SANTOS  
ADVOGADO : RAFAEL MARTINS DE ARAUJO CARDOSO - GO019998  
AGRAVANTE : TEODORO & VASCONCELOS LTDA  
ADVOGADOS : JOSE FRANCISCO RABELO - GO015797  
JIVAGO TOMÁS DA CUNHA - GO022255  
AUGUSTO SANTANA MARTINS XAVIER NUNES - GO021455  
FELLIPE DE TARSO RIBEIRO DE SOUSA - GO036750  
AGRAVADO : OS MESMOS

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por CELIO NATAL DOS SANTOS contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

**Ação:** de indenização por danos materiais e estéticos e de compensação por danos morais, ajuizada por MARIA JOSE PAIXAO ARAUJO, em face do CELIO NATAL DOS SANTOS e de TEODORO E VASCONCELOS LTDA., decorrente de erro médico.

**Decisão de admissibilidade do TJ/GO:** inadmitiu o recurso especial com fundamento na incidência dos óbices das Súmulas 284/STF e 7/STJ e na ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial.

**ARESP de CELIO NATAL DOS SANTOS:** se limitou a reiterar a violação do art. 1.022 do CPC, mas não demonstrou, de maneira consistente e específica, que não seria necessário o reexame de fatos e provas, e tampouco que o dissídio jurisprudencial teria sido comprovado, com o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

### RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro em 10% o valor dos honorários fixados anteriormente devidos pelo agravante.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora